

**PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM
ALIMENTOS NO ESTADO DO TOCANTINS**

Relatório 2013 a 2015

**Palmas
2016**



Governo do Estado do Tocantins

Secretaria de Estado de Saúde

Superintendência de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde

Diretoria de Vigilância Sanitária

Marcos Esner Musafir

Secretário de Estado da Saúde

Liliana Rosicler Teixeira Nunes

Superintendência de Vigilância e Promoção e Proteção à Saúde

Thiago Botelho Azevedo

Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual

Equipe do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)

Equipe VISA Estadual

Crislane Maria da Silva Bastos/ Resp. administrativo

Yzabela Crystiny Moura/Resp. de amostragem

Carla Lima Silva Goulart/Coletora

Carollinne Lemes Santana/Coletora

Luciana Mascarenhas Barros/Coletora

Equipe VISA Municipal (Palmas-TO)

Joselita Monteiro M. Moura/Gerenciamento de risco

Cintya Marina Silvério Batista/Gerenciamento de risco



RELATÓRIO DE ATIVIDADES ESTADUAL

2013 – 2015

1. Introdução

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) é desenvolvido pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), sob a coordenação da ANVISA em conjunto com os Órgãos estaduais e municipais de Vigilância Sanitária e laboratórios estaduais de saúde pública.

O PARA contribui para a segurança alimentar, orientando as cadeias produtivas sobre as inconformidades existentes em seu processo produtivo e incentivando a adoção das Boas Práticas Agrícolas (BPA). Nesse sentido, os relatórios do programa têm se constituído em um dos principais indicadores da presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos adquiridos no mercado varejista e consumidos pela população.

No Tocantins o programa é desenvolvido desde 2004. Em setembro de 2014 foi pactuada por meio da Resolução – CIB nº219/2014, a definição de competências entre as Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal de Palmas nas ações do PARA, fortalecendo a parceria e a execução das atividades

2. Dados Analíticos

A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, em atendimento ao Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) monitorou nos anos de 2013 e 2015, alimentos de origem vegetal distribuídas em 24 culturas diferentes (Figura 1), totalizando a coleta de 463 amostras analisadas com o objetivo de verificar resíduos de agrotóxicos nesses alimentos. Foram pesquisados até 232 agrotóxicos diferentes nas amostras monitoradas.

Das amostras coletadas no Tocantins no período, 16% apresentaram resíduos de agrotóxicos em desacordo com a legislação vigente (Quadro 1). Observou-se que 84% dos resultados das amostras monitoradas foram considerados satisfatórios quanto aos ingredientes ativos pesquisados, desses 47% não foram detectados resíduos dentre os agrotóxicos pesquisados e 37% apresentaram resíduos com concentrações iguais ou inferiores ao LMR.



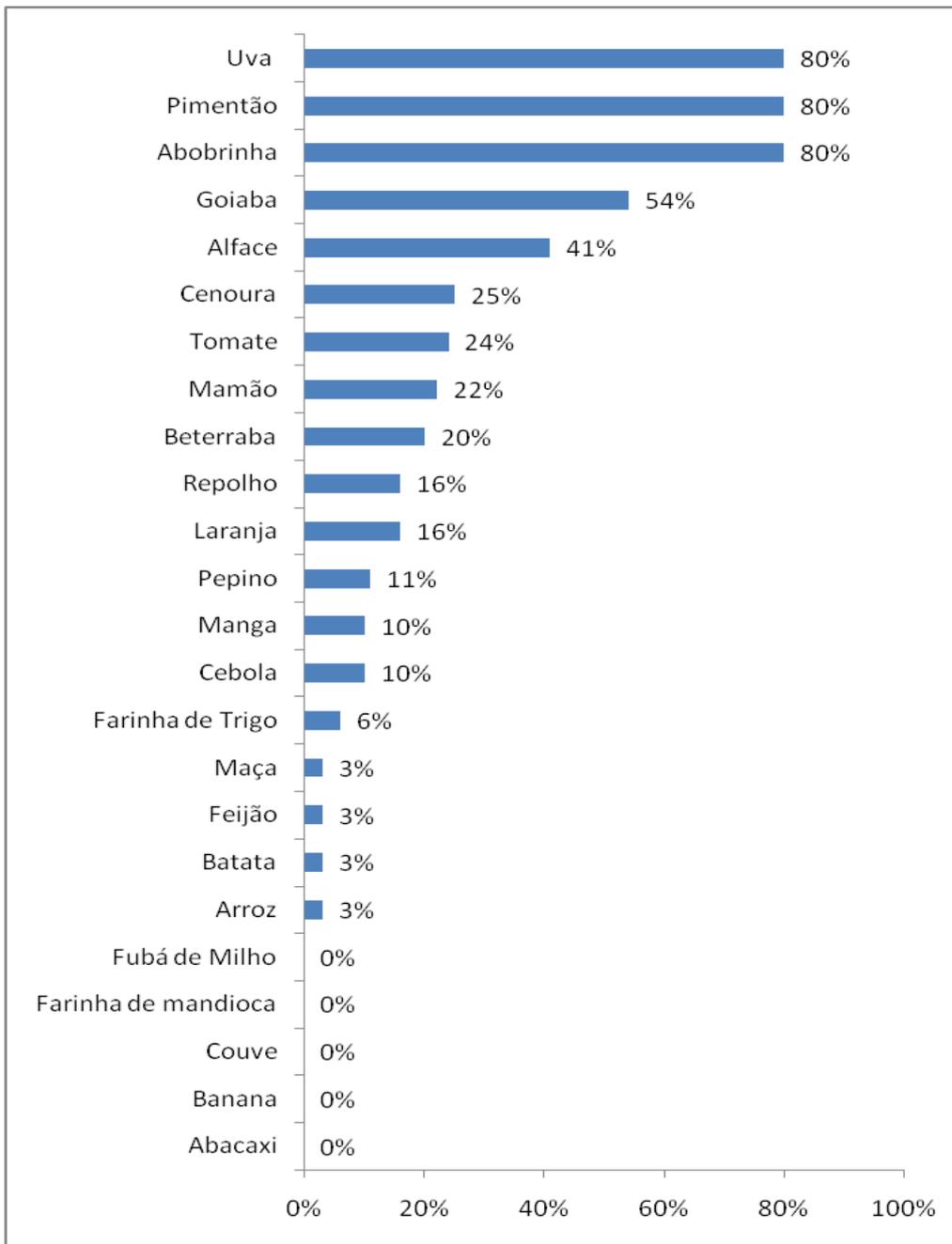


Figura 1: Resultados insatisfatórios por culturas analisadas no período de 2013 a 2015

Das amostras das culturas analisadas, as que apresentaram maior irregularidade foram: uva, pimentão e abobrinha, com 80% das amostras irregulares; a goiaba, com 54% e a alface, com 41% dos resultados insatisfatórios. Nas amostras de Fubá de milho, farinha de mandioca, couve, banana e abacaxi não foram detectadas irregularidades para os agrotóxicos pesquisados .

Quadro 1: Quantitativo de culturas, análises realizadas e resultados no período de 2013 a 2015.



Ano	n° Culturas	Satisfatória	Insatisfatório	Total de Análises	% Insatisfatórios
2013	18	150	22	172	13
2014	15	113	26	139	19
2015	16	127	25	152	16
TOTAL	-	390	73	463	16

As principais irregularidades encontradas em 2013/2015 foram: Utilização de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura em 60 amostras; Presença de resíduos de agrotóxicos acima do Limite Máximo de Resíduo (LMR) em 6 amostras; Resíduos acima do LMR e NA simultaneamente em 7 amostras.

Nas amostras coletadas no Tocantins no período de 2013/2015 foram detectados 73 agrotóxicos diferentes. Desses, o carbendazim foi o agrotóxico com maior número de detecções nos três anos analisados. Das detecções irregulares no ano de 2013, o acefato, seguido do carbendazim, apresentaram maior número de irregularidades. Em 2014, carbendazim, clorpirifós e profenofós foram os agrotóxicos mais presentes nas detecções irregulares, em 2015 foram os agrotóxicos acefato e carbendazim.

As amostras insatisfatórias com níveis de agrotóxicos acima do LMR evidenciam sua utilização em desacordo com as indicações presentes nos rótulos e bulas: maior número de aplicações, quantidades excessivas de agrotóxicos aplicados por hectare, por ciclo ou safra da cultura, e/ou não cumprimento do intervalo de segurança ou período de carência.

Por outro lado, os resultados insatisfatórios devido à utilização de agrotóxicos não autorizados para aquela cultura, mas cujo Ingrediente Ativo (IA) está registrado no Brasil e com uso permitido para outras culturas, apresenta duas conseqüências negativas: a primeira é a exposição ocupacional desnecessária do trabalhador rural ou o aumento da exposição, a segunda é o aumento do risco dietético para os consumidores que ingerem este alimento (entre os quais o próprio trabalhador pode estar incluído), uma vez que esse uso não foi considerado no cálculo da Ingestão Diária Aceitável (IDA) e que este risco se agrava à medida que esse agrotóxico é encontrado em um número maior de alimentos comercializados

A origem dos fornecedores das amostras coletadas foi principalmente de fornecedores de Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Paraná (Figura 2).



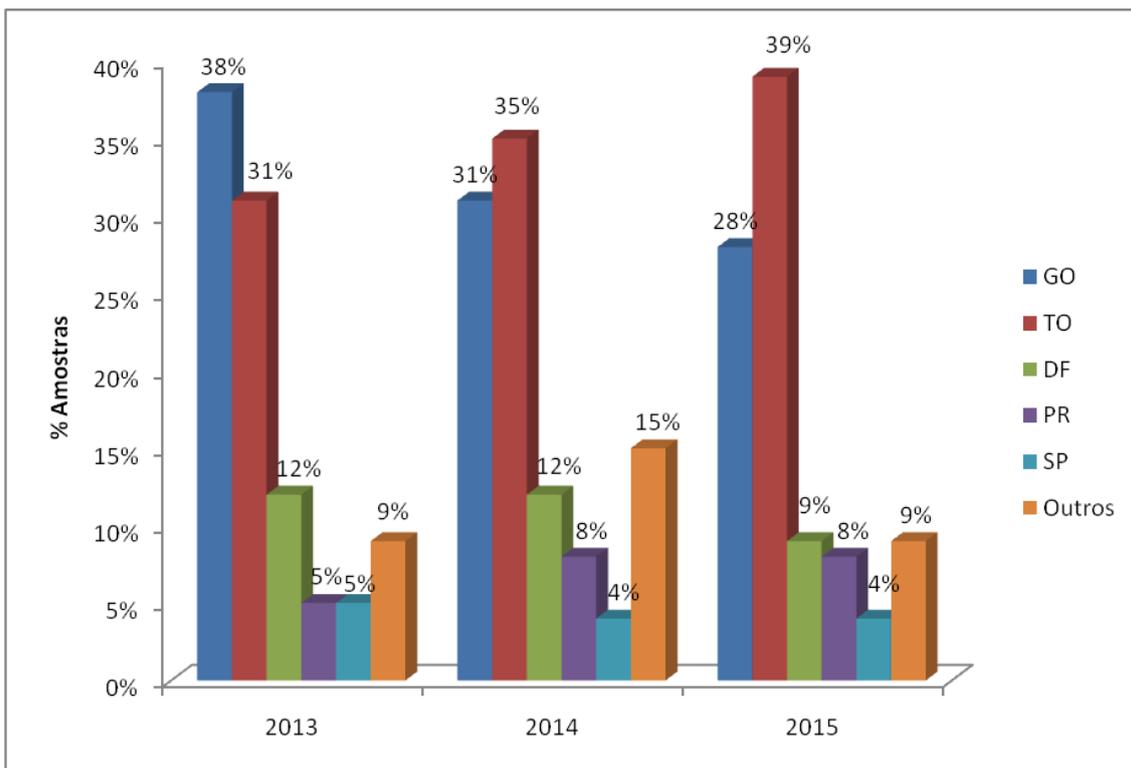


Figura 2: Estados de origem dos fornecedores das amostras coletadas pelo PARA no Tocantins nos anos de 2013 a 2015.

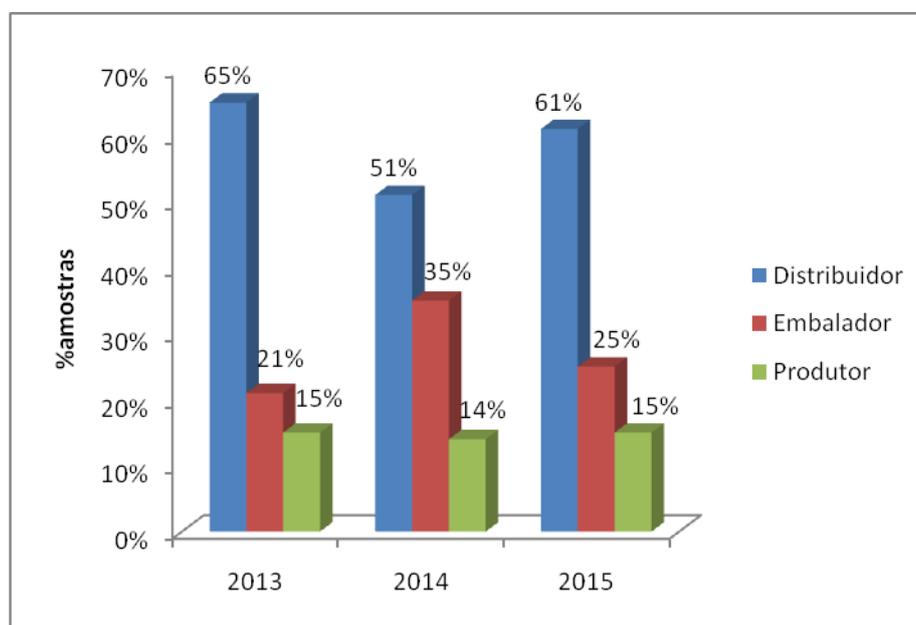


Figura 3: Situação da rastreabilidade das amostras coletadas nos supermercados monitorados pelo PARA no Tocantins nos anos de 2013 a 2015.

A maioria das amostras monitoradas nos anos de 2013 a 2015 apresentou rastreabilidade final somente até o distribuidor, variando de 65% a 51%. Um total de 15% das



amostras apresentou rastreabilidade até o produtor rural, se mostrando constante nos anos de 2013 a 2015. Os produtos rastreados até o embalador/fabricante representou 21%, 35% e 25% nos anos de 2013 a 2015, respectivamente (Figura 3). Esses se referem principalmente aos produtos embalados coletados no PARA, que são: farinha de mandioca, farinha de trigo, farinha de milho, arroz e feijão.

A baixa rastreabilidade até o produtor se deve a pouca produção desses alimentos no Tocantins, sendo os fornecedores em sua maioria de outros estados. Outro fator está relacionado a pouca rastreabilidade das empresas distribuidoras, uma vez que a maioria das amostras são oriundas de distribuidores e esses não possuem mecanismo de rastreabilidade até o produtor.

3. Análise Fiscal

No período de 2013 a 2015 foram realizadas 5 coletas na modalidade fiscal das culturas de mamão, maçã, pimentão, uva e laranja. Dessas coletas, 1 amostra de uva apresentou resultado de análise insatisfatório. A amostra apresentou resultado insatisfatório em relação à presença de resíduos de agrotóxicos (acefato) não autorizados para a cultura.

Os laudos e atas de análise fiscais de todas as amostras foram encaminhados pela Vigilância Sanitária Estadual ao local de coleta e à Vigilância Sanitária de Palmas. Além desses citados foi realizada a comunicação desse resultado ao Ministério Público do Tocantins e a Vigilância Sanitária Estadual do distribuidor de origem (VISA Maranhão). Não houve retorno da Vigilância Sanitária do Maranhão sobre as medidas adotadas.

A Vigilância Sanitária de Palmas autuou o local de coleta conforme Procedimento Operacional Padrão para Procedimentos Administrativos após Emissão de Laudo de Análise Fiscal em Amostra Única com Resultado Insatisfatório (POP n°11-PARA/ANVISA). Além da autuação, o local de coleta foi notificado a suspender a compra/armazenamento/ da cultura do fornecedor em questão e comprovar essa medida a Vigilância Sanitária de Palmas.

3. Ações Pós-Resultados

Todos os laudos insatisfatórios do período 2013 a 2015 foram encaminhados pela Vigilância Sanitária Estadual aos Órgãos de interesse, como Ministério Público Estadual, Secretaria Estadual da Agricultura, Naturatins, Ruraltins, Vigilância Ambiental e Saúde do trabalhador e também aos responsáveis pelos supermercados onde os produtos foram coletados para providências de forma a promover ações que visem à mitigação do risco.



Quando os fornecedores são oriundos de outros estados é enviado a Vigilância Sanitária de origem os laudos para conhecimentos e providências.

A Vigilância Sanitária de Palmas realizou a notificação dos supermercados e distribuidores para suspensão da compra de culturas dos fornecedores com resultados insatisfatórios, com vistas ao gerenciamento do risco sanitário.

A condução das ações pós-resultado das análises de orientação foi estabelecida por meio de Procedimento Operacional Padrão (POP) elaborado entre as Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal de Palmas.

Além das ações de fiscalização, busca-se divulgar o PARA na mídia e em palestras e eventos para estudantes, responsáveis por supermercados e distribuidoras, conselho de segurança alimentar, produtores rurais, trabalhadores do SUS e população em geral. Além de buscar compor participação em espaços de discussão que visem a informação, a definição de estratégias conjuntas e integradas com o objetivo de orientar, planejar políticas, monitorar e fiscalizar o uso e aplicação de agrotóxicos, e afins, como o Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (criado em março de 2016 no estado), o Termo de Cooperação Técnica firmado entre órgãos e entidades que tem relação e atuação com o tema, e das ações do Plano Estadual de Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos (implantado em 2013 no estado).

4. Resultados Alcançados

Observa-se que a notificação aos supermercados e distribuidoras tem possibilitado que esses passem a exigir a adoção de Boas Práticas Agrícolas dos fornecedores de produtos que apresentaram resíduos de agrotóxicos em desconformidade com as normas vigentes. Assim, os resultados do programa contribuem para a segurança alimentar.

O encaminhamento de resultados insatisfatórios aos Órgãos da agricultura, extensão rural, meio ambiente e saúde do trabalhador possibilita desencadear ações de fiscalização e educação com os produtores e trabalhadores rurais, permitindo nos casos em que é possível identificá-los um movimento de ações em toda a cadeia produtiva.

5. Recomendações ao Consumidor

Com relação às atitudes do consumidor para minimizar sua exposição a resíduos de agrotóxicos, algumas medidas são importantes para reduzir a exposição das pessoas aos resíduos de agrotóxicos.



- Dê preferência aos alimentos rotulados, é um sinal do comprometimento dos produtos com a qualidade do seu produto.
- Se possível dê preferência aos produtos orgânicos ou da agroecologia.
- Prefira os alimentos da época. Os produtos da época têm cultivo mais fácil e exigem menos produtos químicos para se desenvolverem.
- Lavar os alimentos em água corrente pode diminuir o nível de resíduos nas cascas de frutas e verduras, mas é incapaz de eliminar aqueles contidos em suas partes internas.
- O uso de uma solução com água sanitária não elimina os agrotóxicos, mas é importante para garantir a higiene do produto e eliminar microrganismos.
- Consumir alimentos da sua região também é uma medida importante. Por causa da proximidade geográfica, estes produtos, em geral, exigem o uso de menos produtos químicos para se manterem inteiros no transporte e na gôndola.
- Por fim, é importante destacar que o consumo regular de frutas, legumes e verduras está associado a um menor risco de contrair certos tipos de câncer e outras doenças crônicas não transmissíveis. A Organização Mundial de Saúde recomenda a ingestão diária de, pelo menos, 400 gramas de frutas e hortaliças, o que equivale ao consumo diário de cinco porções desses alimentos. No grupo, estão incluídas hortaliças cruas ou cozidas e frutas ou suco de frutas.

Fonte: Diretoria de Vigilância Sanitária – VISA/TO

Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - Relatório de Atividades de 2013/2015 – GGTOX/ANVISA

